

DESAFIOS PRÁTICOS NA APLICAÇÃO DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA E LEGISLAÇÃO DE PESSOAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

📍 Brasília/DF 📅 25 a 27 de outubro de 2023

IMPACTOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL 103/2019 E DA PORTARIA MTP 1.467/2022. CÁLCULOS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. QUESTÕES POLÊMICAS DA LEGISLAÇÃO DE PESSOAL.

Apresentação

O 9º Simpósio Nacional promovida pela One Cursos será o espaço ideal para imersão de conhecimentos e práticas sobre a Reforma Previdenciária, promulgada pela EC 103/ 2019, bem como sobre as Questões Polêmicas da Legislação de Pessoal dos servidores públicos e dos membros de poder das diversas unidades da federação. A programação, está dividida, em três grandes temas, que será exposta em cada dia pelos ilustres palestrantes:

- Previdência básica dos servidores públicos e dos membros de poder (RPPS e RGPS) e Previdência complementar dos servidores públicos e dos membros de poder (RPC).*
- Atividade funcional dos servidores públicos e dos membros de poder;*
- Cálculo dos benefícios de aposentadoria e pensão após EC 103/2019 e Processo Administrativo Disciplinar*

Objetivo

O objetivo é apresentar as significativas modificações introduzidas pela Reforma da Previdência no serviço público, EC 103/2019 e pela recente Portaria MTP 1.467/2022, bem como as questões polêmicas e as orientações da jurisprudência atualizadas relativas a legislação dos servidores públicos federais, estaduais e municipais, com ênfase nas possíveis soluções apresentadas à luz da recente legislação e doutrina dos grandes juristas brasileiros e da jurisprudência dos Tribunais Superiores – STF, STJ e TCU.

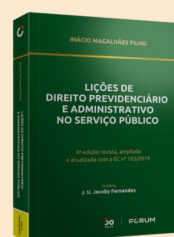
Público-alvo

As palestras são dirigidas especialmente aos agentes públicos federais, estaduais, distritais e municipais da Administração Pública Direta e Indireta, Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Autarquias, Fundações Públicas, Institutos de Previdência e demais interessados.

Carga Horária: 24 horas

Material de Apoio

- Apostila elaborada exclusivamente para o evento
- Livro: Lições de Direito Previdenciário e Administrativo no Serviço Público
Autor: Inácio Magalhães Filho
- Bloco de Anotações e caneta
- Certificado em formato Digital disponibilizado para download na área do aluno em nosso site www.onecursos.com.br



Brinde exclusivo

Livro Lições de Direito Previdenciário e Administrativo no Serviço Público

DESAFIOS PRÁTICOS NA APLICAÇÃO DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA E LEGISLAÇÃO DE PESSOAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

📍 Brasília/DF 📅 25 a 27 de outubro de 2023

PROGRAMAÇÃO

QUARTA-FEIRA | 25/10

Palestrante: Prof. Dr. Marcelo Barroso Lima Brito de Campos

7h às 8h20	Credenciamento
8h30	Abertura do evento
8h40 às 10h	Palestra matutino
10h às 10h30	Coffee Break
10h30 às 12h30	Continuação da palestra
12h30 às 14h	Almoço
14h às 16h	Palestra vespertino
16h às 16h30	Coffee Break
16h30 às 18h	Continuação da palestra
18h	Encerramento das atividades

DESAFIOS PRÁTICOS NA APLICAÇÃO DA
**REFORMA PREVIDENCIÁRIA E
LEGISLAÇÃO DE PESSOAL NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

📍 Brasília/DF 📅 25 a 27 de outubro de 2023

PROGRAMAÇÃO

QUINTA-FEIRA | 26/10

Palestrante: Palestrante: Prof. Dr. Inácio Magalhães Filho

8h30	Palestra matutino
10h às 10h30	Coffee Break
10h30 às 12h30	Continuação da palestra
12h30 às 14h	Almoço
14h às 16h	Palestra vespertino
16h às 16h30	Coffee Break
16h30 às 18h	Continuação da palestra
18h	Encerramento das atividades

DESAFIOS PRÁTICOS NA APLICAÇÃO DA
**REFORMA PREVIDENCIÁRIA E
LEGISLAÇÃO DE PESSOAL NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

📍 Brasília/DF 📅 25 a 27 de outubro de 2023

PROGRAMAÇÃO

SEXTA-FEIRA | 27/10

Palestrante: Palestrante: Prof. José Afonso Pires Ferreira Junior

8h30	Palestra matutino
10h às 10h30	Coffee Break
10h30 às 12h30	Continuação da palestra
12h30 às 14h	Almoço
14h às 16h	Palestra vespertino
16h às 16h30	Coffee Break
16h30 às 18h	Continuação da palestra
18h	Encerramento do Simpósio

DESAFIOS PRÁTICOS NA APLICAÇÃO DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA E LEGISLAÇÃO DE PESSOAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

📍 Brasília/DF

📅 25 a 27 de outubro de 2023

TEMAS ABORDADOS

QUARTA-FEIRA | 25/10

Palestrante: Prof. Dr. Marcelo Barroso Lima Brito de Campos

1. PREVIDÊNCIA BÁSICA DOS SERVIDORES

PÚBLICOS TITULARES DE CARGOS EFETIVOS

1.1 NOÇÕES ESSENCIAIS

1.1.1 Proteção social;

1.2. 2 Seguridade Social;

1.3. 3 Regimes jurídicos previdenciários: RGPS, RPPS e RPC.

2. SEGURADOS E NÃO SEGURADOS DO RPPS

2.1. Filiação e inscrição;

2.2. Servidores;

2.2.1. Titulares de Cargo efetivo;

2.2.2. Em Estágio probatório;

2.2.3. Ocupantes de Cargo em comissão;

2.2.4. De contrato temporário;

2.2.5. Empregado público;

2.2.6. Ocupante de Função pública;

2.2.7. Exercente de Mandato eletivo;

2.2.8. Notários e outros;

2.3. Perda da condição de segurado;

2.4. Suspensão da condição de segurado.

2. Impactos RPPS com a EC 103/2019 e a nova

Portaria MTP 1.467/2019 – Quais as mudanças?

2.1. Desconstitucionalização das regras de elegibilidade;

2.2. Normas Gerais Constitucionais;

2.3. Autonomia dos estados, municípios e distrito federal para implementar os regimes próprios;

2.4. Regras de adequação obrigatória

2.5 Disposições transitórias: RPPS servidores da União

3. DEPENDENTES DO RPPS

3.1. Autonomia das unidades federadas;

3.2. Rol de dependentes;

3.3. Relações homoafetivas;

3.4. Perda da condição de dependente;

3.5. As novas classes de dependentes na União EC 103/2019

4. CUSTEIO DO RPPS

4.1. Fontes de custeio;

4.2. Contribuição social e contribuição previdenciária;

4.3. Alíquota da contribuição previdenciária;

4.4. Base de cálculo da contribuição previdenciária;

DESAFIOS PRÁTICOS NA APLICAÇÃO DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA E LEGISLAÇÃO DE PESSOAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

📍 Brasília/DF

📅 25 a 27 de outubro de 2023

- 4.5. Desconto;
- 4.6. Reflexos nos proventos e pensões;
- 4.7. Cobrança (processo administrativo);
- 4.8 Execução (processo judicial);
- 4.9 Decadência e prescrição das contribuições sociais.

5. BENEFÍCIOS DO RPPS Reforma Previdenciária

EC 103/2019

- 5.1. Aposentadorias:
 - 5.1.1. Por Incapacidade Permanente
 - 5.1.2. Compulsória;
 - 5.1.3. Voluntária;
 - 5.1.4. Especial;
 - 5.1.4.1. Servidor pessoa com deficiência (PCD);
 - 5.1.4.2. Servidor exposto agente nocivo prejudicial saúde
 - 5.1.4.3 Servidor Policial
 - 5.1.5. Regras de transição:
 - 5.1.5.1. Segurança jurídica;
 - 5.1.5.2. Direito adquirido;
 - 5.1.5.3. Expectativa de direito;
 - 5.1.5.4. Direito Expectado;
 - 5.1.6. Proventos: cálculo e reajuste;
- 5.2. Pensões:
 - 5.2.1. Base de cálculo;
 - 5.2.2. Critério de Reajuste;
 - 5.2.3. Contribuição previdenciária;
 - 5.2.4. Carência, valor da pensão, tempo de duração da

pensão, irreversibilidade de cotas, aquisição e perda da condição de dependente.

5.3. Prescrição e decadência.

6. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS)

- 6.1. Conceitos básicos do RGPS aplicáveis aos servidores públicos;
- 6.2. Servidores públicos segurados do RGPS;
- 6.3. Consequências na rotina administrativa da aplicação do RGPS aos servidores públicos;

7. LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIAS NOVAS APLICÁVEIS AO RPPS E AO RGPS DOS SERVIDORES PÚBLICOS.

8. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS E MEMBROS DE PODER

8.1. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL E AS PRINCIPAIS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS DE SUA ADOÇÃO

- 8.1. Evolução e Características do Regime de Previdência Complementar
- 8.22 Como o Regime de Previdência Complementar está organizado
- 8.3 Vantagens para o Patrocinador, Instituidor e a Sociedade
- 8.4 Exercício da opção;
- 8.5. Destinatários;
- 8.6. Equiparação ao “teto” do RGPS;
- 8.7. Atração das características constitucionais do RPC (remissão);
- 8.8. Entidade Fechada e aberta ;
 - 8.8.1. Criação e Organização;
 - 8.8.2. Natureza
- 8.8. Planos de benefícios;
 - 8.8.1. Modalidade CD;

DESAFIOS PRÁTICOS NA APLICAÇÃO DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA E LEGISLAÇÃO DE PESSOAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

📍 Brasília/DF

📅 25 a 27 de outubro de 2023

8.8.2. Natureza

8.8. Planos de benefícios;

8.8.1. Modalidade CD;

8.8.2. Benefícios de Risco;

8.9. Custeio.

8.9.1. Contribuições: base, limites, quotas e a paridade contributiva;

8.9.2. Recursos Garantidores;

8.9.3. Servidores alcançados na transição de regimes: “novos” x “antigos”;

QUINTA-FEIRA | 26/10 Palestrante: Prof. Dr. Inácio Magalhães Filho

ATIVIDADE FUNCIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS

1. CONCURSO PÚBLICO

1.1. Provas de títulos;

1.2. Transposição e transformação de cargos;

1.3. Exigência de nível superior/médio;

1.4. Prazo de validade/ prorrogação;

1.5. Direito à nomeação/desistência/vacância;

1.6. Cadastro de reserva;

1.7. Reserva de vagas para pessoas com deficiência e negros.

2. PROVIMENTOS E VACÂNCIAS DE CARGOS PÚBLICOS

2.1. Distinção;

2.2. Vacância ex-officio;

2.3. Recondição:

2.3.1. Hipóteses;

2.3.2. Mesmo ente federado;

2.3.3. Entes federados diferentes;

2.3.4. Regimes jurídicos distintos.

3. ACUMULAÇÃO DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS E DE REMUNERAÇÃO

3.1. Acumulações permitidas;

3.2. Compatibilidade de horário;

3.3. Acumulação de proventos + proventos;

3.4. Acumulação de proventos + vencimentos;

3.5. Acumulação de proventos + pensão;

3.6. Acumulação de proventos + salário;

3.7. Acumulação proventos + benefício RGPS.

4. LIMITE REMUNERATÓRIO

4.1. Regra constitucional;

4.2. Exceções:

4.3. Constitucionais;

4.4. Jurisprudenciais;

4.5. Administrativas.

5. LICENÇAS, AFASTAMENTOS E CESSÕES

5.1. Regime jurídico aplicável;

5.2. Contribuição previdenciária – incidência.

5.2.1. Base de cálculo.

5.2.2. Responsabilidades.

6. ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

6.1. Remuneração para cálculo;

6.1.1. Dever de remunerar/compensar;

6.1.2. Controvérsia do divisor;

6.2. Contribuição previdenciária;

6.3. Banco de horas;

6.4. Sobreaviso.

DESAFIOS PRÁTICOS NA APLICAÇÃO DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA E LEGISLAÇÃO DE PESSOAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

📍 Brasília/DF

📅 25 a 27 de outubro de 2023

7. AVERBAÇÃO DE TEMPO SERVIÇO PRESTADO

- 7.1. Aposentadoria;
- 7.2. Serviço Público/efetivo exercício;
- 7.3. Contribuição;
- 7.4. Desabervação;
- 7.5. Efeitos jurídicos e/ou financeiros/marco temporal.

8. FÉRIAS

- 8.1. Período aquisitivo;
- 8.2. Direito – usufruto;
- 8.3. Incidência de Imposto de Renda;
- 8.4. Parcelamento;
- 8.5. Interrupção/suspensão;
- 8.6. Indenização:
 - 8.6.1. Cargo efetivo;
 - 8.6.2. Cargo em comissão e função comissionada;
 - 8.6.3. Substituição ordinária e extraordinária (interino).

9. GRATIFICAÇÃO NATALINA

- 9.1. Antecipação;
- 9.2. Acerto financeiro por vacância;
- 9.3. Base de cálculo:
 - 9.3.1. Cargo efetivo;
 - 9.3.2. Cargo em comissão e função comissionada;
 - 9.3.3. Vantagens transitórias.

10. DECADÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 10.1. Art. 54 da Lei nº 9.784/99;
- 10.2. Convalidação da Lei nº 9.784/99.

11. OS SERVIDORES PÚBLICOS E OS TRIBUNAIS DE CONTAS.

- 11.1. Competência dos Tribunais de Contas;
- 11.2. Prazo para atuação;
- 11.3. Ampla defesa e contraditório;
- 11.4. Poder cautelar, restaurador e sancionador;

SEXTA-FEIRA | 27/10

Palestrante: Prof. José Afonso Pires Ferreira Junior

CÁLCULO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

- 1. Detalhamento dos Cálculos do Benefício de Aposentadoria
 - 1.1. Com base nas normas vigentes para aposentadorias com direito adquirido até 16/12/98;
 - 1.2. Com base na remuneração do servidor no cargo efetivo, para aposentadorias com direito adquirido no período de 16/12/98 a 31/12/03;
 - 1.3. Com base na remuneração do servidor no cargo efetivo, para aposentadorias com direito implementado no

período de 31/12/03 a 19/02/04;

- 1.4. Com base na remuneração do servidor no cargo efetivo, para aposentadorias com fundamento no art. 6º da EC 41/03 e no art. 3º da EC 47/05;
- 1.5. Com base na remuneração de contribuição, para aposentadorias com requisitos implementados a partir de 20/02/04;
 - 1.5.1. Regra Geral e Regra de Transição art. 2º da EC 41/03;
- 1.6. Com base na remuneração do servidor no cargo

DESAFIOS PRÁTICOS NA APLICAÇÃO DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA E LEGISLAÇÃO DE PESSOAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

📍 Brasília/DF

📅 25 a 27 de outubro de 2023

efetivo ou na remuneração de contribuição, para aposentadorias com fundamento nas Regras de Transição do art. 4º e do art. 20 da EC 103/2019;

1.7. Com base na remuneração de contribuição, para aposentadorias com requisitos implementados a partir da publicação da EC 103/2019 – art. 26 da EC 103/2019

1.7.1. Verbas incorporáveis e não incorporáveis

1.7.2. A PT MTP 1467/2022 e suas novidades

1.7.3. A PT ME 10.360/2022 e suas alterações na forma de calcular

2. PENSÕES POR MORTE – Leis 13.846/19, 13.135/15, 10.887/04 e 8.213/91

2.1. Dependentes previdenciários

2.2. Formas de cálculo

2.3. Integralidade x Aplicação de redutor

2.4. Tempo mínimo de contribuição, de casamento e de união estável

2.5. Duração da pensão

2.6. Habilitação posterior ou superveniente

2.7. Rateio, reversão, extinção

2.7.1. Reajustamento de aposentadorias e pensões por morte

2.7.2. Reajuste pela inflação x Paridade

2.7.3. ADI 4582/11

3. ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

– art. 24 EC 103/2019

3.1. BENEFÍCIO ESPECIAL

3.1.1. Natureza jurídica, característica, cálculo.

3.1.2. Acórdão TCU 2611/2022, Parecer AGU nº BBL-06 e BBL-07

4. REGIME E PROCESSO ADMINISTRATIVO

DISCIPLINAR – ATUALIZAÇÕES E NOVIDADES

4.1. Deveres, obrigações e proibições dos servidores públicos - Estatutários e celetistas.

4.2. Faltas - Justificadas, injustificadas, abonadas, atrasos, saídas antecipadas.

4.3. Abandono de cargo ou emprego - Alcoolismo e embriaguez, insubordinação, desconhecimento de normas.

4.4. Dificuldade de relacionamento - Condutas decorrentes de desvios de caráter, problemas pessoais.

5. DO PROCESSO – INSTAURAÇÃO, INQUÉRITO, JULGAMENTO E REVISÃO

5.1. Comunicação de ocorrência - quando apurar – ALTERNATIVAS À INSTAURAÇÃO – TCA, SP e TAC;

5.2. Sindicância ou PAD - qual adotar;

5.3. Fases e procedimentos (Instauração/Rito/Instrução). Como ordenar corretamente o processo?

5.4. Dificuldade para localizar o denunciado. Como garantir o acompanhamento do processo pelo acusado?

5.5. Fatos novos. Como utilizá-los?

5.6. Nulidades. Existem meios de sanear o processo durante a fase de instrução?

5.7. A improbidade administrativa - tipificar ou não a conduta

5.8. Pontos polêmicos - a visão dos Tribunais Superiores – ADI STF 2975.

5.9. Declaração de Inconstitucionalidade dos artigos 170 e 137, parágrafo único da Lei 8.112/1990.

* Programação, sujeita a alterações em virtude da edição ou modificação de atos normativos de relevante interesse para o Simpósio ou, ainda, de casos de força maior que impeçam a participação dos palestrantes no evento.

DESAFIOS PRÁTICOS NA APLICAÇÃO DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA E LEGISLAÇÃO DE PESSOAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

📍 Brasília/DF

📅 25 a 27 de outubro de 2023

PALESTRANTES

Dr. Inácio Magalhães Filho



Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF. Foi Procurador do Ministério Público de Contas do DF e Auditor de Controle Externo do TCDF; exerceu diversos cargos de direção no TCDF, entre eles o de Diretor de Legislação de Pessoal. Doutor em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa – UAL, Especialista em Direito Público, Professor de Direito Constitucional e Administrativo. Escritor, autor do livro Lições de Direito Previdenciário e Administrativo no Serviço Público e de inúmeros artigos em publicações especializadas. Palestrante e instrutor de cursos nas áreas de legislação de pessoal; aposentadorias e pensões; legislação constitucional aplicada a servidores públicos; gestão de folha de pagamento; auditoria na folha de pagamento no serviço público, entre outros.

Dr. Marcelo Barroso Lima Brito de Campos



Procurador do Estado de Minas Gerais. Presidente do Conselho Deliberativo da Previdência Complementar dos Servidores do Estado de Minas Gerais (PREVCOM MG). Advogado. Pós Doutor em Direito Tributário (UFMG). Doutor em Direito Público (PUC/Minas). Mestre em Administração Pública pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Bacharel em Direito (UFMG). Professor da One Cursos. Professor da graduação e do mestrado em Direito (Universidade FUMEC). Associado Benemérito do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP). Professor da Pós-graduação da Escola da Magistratura Federal do Paraná (ESMAFE -PR) e de Santa Catarina (ESMAFE-SC), bem como do Instituto de Estudos Previdenciários (IEPREV). Membro da Academia de Letras de Direito Previdenciário (ALDP). Membro da Academia Brasileira de Direito da Seguridade Social (ABDSS). Membro da Comissão de Direito Previdenciário da OAB/MG. Associado do Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG). Ex-Procurador-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais – IPSEMG. Membro do Conselho Editorial da Revista Brasileira de Direito Previdenciário – LEX/Magister e IBDP. Autor dos livros: “Regime próprio de previdência social dos servidores públicos. 9ª edição. Curitiba: Juruá, 2022” e do Livro “Manual dos Servidores Públicos: Administrativo e Previdenciário. 2ª edição. São Paulo: Lujur, 2022”. Autor de diversos artigos em previdência do servidor público e professor de diversos cursos de capacitação, especialização e aperfeiçoamento. Parecerista. Palestrante e Conferencista.

DESAFIOS PRÁTICOS NA APLICAÇÃO DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA E LEGISLAÇÃO DE PESSOAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

📍 Brasília/DF

📅 25 a 27 de outubro de 2023

José Afonso Pires Ferreira Júnior



Instrutor e consultor, em nível nacional, com experiência de mais de 22 anos nos cursos de processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, Legislação de Pessoal, Aposentadorias, Licitações e Contratos Administrativos, Lei de Responsabilidade Fiscal, Direito Administrativo. Bacharel em Direito pela UniDF (1988-1992). Pós-Graduado em Direito Administrativo e Processo Administrativo-UCAM/RJ (2003-2004). Pós-Graduado em Direito Público-UniREAL/DF (2008). EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: É Analista Judiciário da Justiça Federal (DF), ocupando as seguintes funções: Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (CSPA), Diretor do Núcleo Judiciário (SJDF). Diretor da Secretaria Administrativa (SJDF), Chefe da Assessoria Jurídica da Diretoria do Foro (SJDF). Foi agente Administrativo do INSS, ocupando funções como: Chefe do Serviço de Direitos e Vantagens, Chefe do Serviço de Deveres e Responsabilidades, Chefe da Divisão de Legislação, Direitos e Deveres, Supervisor na área de Disciplina, Chefe da Divisão de Procedimentos Judiciais e Disciplinares.

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Vânia Prisca Dias Santiago



Ex assessora do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Especialização em Desenvolvimento e Capacitação de Recursos Humanos para a Administração Pública - Universidade de Brasília (1992). Bacharel em Administração de Empresas – Universidade de Brasília (1978/1982) e acadêmica do curso de Direito na UniDF. Atuou como Coordenadora-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação de Normas, no período de 2004/2009. Integrou o Grupo de Trabalho da Casa Civil/Ministério do Planejamento relativo à consolidação, atualização e revisão da legislação federal afeta a área de recursos humanos. Leciona há mais de 15 anos sobre legislação de pessoal, incluindo a reforma previdenciária.

DESAFIOS PRÁTICOS NA APLICAÇÃO DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA E LEGISLAÇÃO DE PESSOAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

📍 Brasília/DF

📅 25 a 27 de outubro de 2023

INVESTIMENTO

1º Lote - até 31/08/2023

R\$ 4.980,00 - (preço individual)

2º Lote - a partir de 01/09/2023

R\$ 5.280,00 (preço individual)

Inscrições coletivas com desconto

A partir de 6 inscrições (Entrar em contato com a equipe de vendas)

ESTÃO INCLUSO NESTE VALOR

- 03 Almoços e 06 Coffee Breaks
- Apostila elaborada exclusivamente para o Simpósio
- Livro: Lições de Direito Previdenciário de Administrativo no Serviço Público (Autor: Prof. Dr. Inácio Magalhães Filho)
- Bloco de anotações e caneta
- Certificado em formato digital

A frequência mínima exigida aos alunos é de 75%. Receberá o certificado apenas o aluno que atingir o percentual mínimo.

- Pasta Executiva

LOCAL DO EVENTO

Hotel San Marco (SHS - Setor Hoteleiro Sul - Qd. 05 - Bloco C - Brasília - DF - 70322-914)

Ressaltamos que a responsabilidade da One Cursos é de apenas divulgar o Hotel onde será o evento.

Caso haja interesse, favor entrar em contato direto com o Hotel.

FORMAS DE PAGAMENTO

O pagamento poderá ser realizado por meio de transferência bancária ou pix.



AG: 0606-8

Conta Corrente: 569906-1

DADOS PARA EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

IOC Capacitação LTDA

CNPJ: 10.825.457/0001-99

Inscrição Estadual: 07.520.699/001-64

INSCREVA-SE JÁ

INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES: (61) 3223-8360/ (61) 3224-0785

E-mails: inscricao@onecursos.com.br / cursos@onecursos.com.br

SITE: www.onecursos.com.br

A ONE CURSOS é cadastrada no SICAF

Condições Gerais de Contratação:

Assegure sua participação e colabore para a viabilização do evento, efetuando sua inscrição com até 3 (três) dias de antecedência para cursos realizados em Brasília e 7 (sete) dias para cursos realizados em outros Estados. A One Cursos confirmará os eventos com até 5 (cinco) dias de antecedência, aguarde este prazo para tomar as providências necessárias para o seu comparecimento. Obs.: A inscrição será confirmada somente após o envio da nota de empenho, ordem de serviço, autorização ou outra forma de pagamento. A One Cursos reserva-se o direito em adiar ou cancelar os eventos se houver insuficiência de quórum, bem como substituir palestrantes, em caso fortuito ou força maior.

Por parte do treinando:

O cancelamento da inscrição por parte do treinando deverá ser realizada com 3 (três) dias úteis de antecedência da realização do evento, após este prazo deverá ser efetuada a substituição ou solicitação de crédito no valor da inscrição.